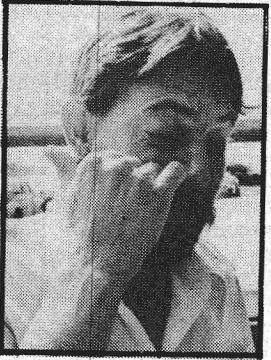


TCDF aprova contas de Serejo



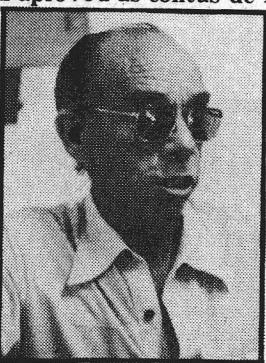
Apesar da acusação de um déficit de Cr\$ 14.514.000,00, o Tribunal de Contas do Distrito Federal aprovou as contas de Elmo Farias



Do que o povo se lembra

O motorista de táxi Pedro de Alcântara entende que o Parque da Cidade deveria chamar-se JK e não levar o nome de «um simples desconhecido»

Sebastião Gonçalves não vê pontos negativos no governo de Elmo Farias que teria, inclusive, «favorecido os pobres, congelando preços»



“Melhor governador de Brasília dos últimos tempos” ou “um fanático construtor de viadutos”, são alguns dos méritos e deméritos ouvidos pela cidade a propósito do desempenho do engenheiro Elmo Serejo de Farias à frente do governo do GDF. Melhor porque, além dos habituais viadutos, prestou igual atenção às “tesourinhas” e espalhou semáforos em quase todas as vias do Plano Piloto. Pior, por ter dado pouca atenção ao bem estar da comunidade brasiliense em termos de saúde, educação, transportes e moradia.

Para muitos, inclusive, a construção do Parque que leva o nome de um dos seus filhos — sua obra magna — representou apenas um incalculável desperdício de verbas públicas. E o caso do estudante de Física da UnB, Heron Rosado. Na sua opinião, obras como o Rogério Pithon, são desnecessárias “para uma população que precisa resolver problemas mais urgentes, principalmente nas periferias”.

“Problemas como o dos transportes coletivos, exigem bem mais empenho e seriedade do que a construção de um parque”. E o que pensa José Amâncio dos Santos, cobrador da TCB, 21 anos de Brasília, ou melhor, de Taguatinga. Ele se define mordazmente como um dos muitos “piotários” — misto de peão e otário — que vieram a Brasília atraídos pela oportunidade de abandonar a miséria nordestina”.

— O Parque deve ser bom para o brasiliense que não tem opção de divertimento, mas nunca fui lá. O cobrador trabalha sábado e domingo, descansa um dia no meio da semana”. Ele tem folga às quartas-feiras e se diverte com os pro-

gramas da Rede Globo. Tem “preguica” de vir até o Plano. Seu colega Antonio de Souza, também da TCB, se lembra do governador apenas quando se fala do Parque, “grande demais e absurdo porque só serve para quem tem dinheiro e um carro. Se tivesse aplicado essa verba em habitação seria melhor, foi uma obra construída com o nosso dinheiro e ainda é preciso pagar para usar”.

Outro de Taguatinga que não vê nada de interessante realizado por Elmo Serejo é Armando Marques, artista plástico. “Sou um cético, não acredito em administração no Brasil, eles começam as obras mas não terminam. Como todo artista em mim preocupo com a vida geral do país”. Ele considera Taguatinga uma cidade industrial e lamenta a relação de dependência com o Plano-Piloto. “Se a cidade fosse autosuficiente não necessitaria de nenhum Elmo Serejo ou de qualquer outro para progredir”.

PAI E FILHO

Para o gerente do Banco Itaú, Alfredo Lameiro, “tudo o que se vê por ai em Brasília é obra de Serejo”. E cita exemplos. Os viadutos, a sinalização, as “tesourinhas” o Teatro Nacional, o Parque. Cita também a atenção dispensada por sua administração às cidades satélites, com a ampliação das redes de água e esgoto. Para ele “ninguém pode falar mal de seu governo, apesar de sempre haver os descontentes”. A única injustiça que aponta em toda a gestão de Serejo é o nome atribuído ao Parque que, na sua opinião, deveria ser batizado apenas de Farias, homenageando pai e filho ao mesmo tempo, ou então simplesmente Parque de Brasília, “para ser coerente com a organização da cidade

onde não é comum ver ruas ou obras com nomes de pessoas”.

E por que não Parque JK, já que se trata de nomes e não propriamente de obras? E o que pensa por exemplo o motorista de táxi Pedro de Alcântara. “Sou contra a homenagem a um jovem totalmente desconhecido do brasiliense. O nome mais adequado seria o de JK por ser o fundador da cidade”. Ele preferia, entretanto, a construção de obras mais importantes. E critica. “Ele gastou rios de dinheiro construindo uma coisa desnecessária. Precisamos é de escolas, atendimento médico melhor. Por que não concluiu então as obras do Hospital Distrital, já que tinha dinheiro? Também não deu assistência aos motoristas de táxi, pelo contrário, aumentou a vigilância. Não construiu pontos de táxi para evitar de o motorista circular o tempo todo sem passageiro e gastando gasolina, ao contrário, liberou mais placas de táxis, quando todo mundo sabe que o mercado em Brasília já está saturado”.

Da mesma forma que o gerente do Itaú, Sebastião Gonçalves, empregado numa pizzaria, não vê pontos negativos no governo de Elmo Serejo que teria, inclusive, “favorecido os pobres, congelando o aumento dos preços alimentícios entre outras medidas que tomou a favor dos moradores das cidades satélites, tais como melhor assistência médica e transportes”. Ele ressalta ainda a inexistência de greves como uma das grandes benfeitorias do governador. “Ele foi um administrador duro e o regime certo para o brasileiro é esse mesmo para evitar essas coisas. Mesmo que o salário do trabalhador seja baixo ele não deve escolher a greve como caminho de reivindicação”.

Por sete votos a favor e nenhum contra, o Tribunal de Contas do Distrito Federal aprovou as contas do GDF, relativas ao exercício de 1978, embora a execução do orçamento da Administração Direta acusasse um “déficit” de Cr\$ 14.514.000. A sessão realizada ontem à tarde foi presidida por José Pacifal Barroso, presidente do TCDF, com a presença de dois secretários do GDF, Renan D’Avila, do governo e Tupinambá Valente, das Finanças. A matéria será enviada, agora para a apreciação da Comissão do DF no Senado Federal.

Sobre o “déficit” de Cr\$ 2 bilhões acusados por atuais secretários do governo do Distrito Federal e oriundos da gestão anterior, o relator das contas, Raul Soares da Silveira, vice-presidente do Tribunal, respondeu negativamente, argumentando que o relatório demonstra a improcedência da notícia.

A exposição de Silveira mostrou também que saneamento e urbanismo, educação e habitação foram as áreas que absorveram maior aplicação de verbas no ano passado, na administração de Elmo Farias e que o Distrito Federal já participa com cerca de 42 por cento para a sua manutenção, independendo, cada vez mais, conforme assinala, dos recursos transferidos da União.

ARRECADAÇÃO

A arrecadação total da receita orçamentária da Administração Direta, segundo dados do relato das contas, atingiu a Cr\$ 6.569.416.000, superior à estimativa inicial de Cr\$ 4.439.804.000. No decorrer do exercício foram abertos 171 créditos suplementares, num montante superior a Cr\$ 2.500.000.000. A despesa orçamentária, conforme o TCDF, alcançou a quantia de Cr\$ 6.583.830.899, inferior em 0,89 por cento do total autorizado. Do total da despesa empenhada, a Administração Direta empregou Cr\$ 3.773.267.666,94 em suas próprias atividades e transferiu Cr\$ 2.810.663.233,02 para entidades da Administração Indireta e Fundações, e entidades privadas de caráter social, iguais a 57,31 e 42,69 por cento desse total, respectivamente.

Em antecedência à apresentação numérica e contábil da utilização das verbas pelo governo passado, no exercício de 1978, foi feito um relato histórico da incorporação do Planalto Central no território nacional e da importância de Brasília como polo de desenvolvimento da região.

SENADO

Apesar da aprovação do TCDF, ficam no ar algumas dúvidas: no início do atual período governamental, vários secretários de governo, ao tomar posse, fizeram várias denúncias quanto ao déficit orçamentário que encontraram em suas secretarias. Somente na área de Saúde, por exemplo, era acusado um déficit de Cr\$ 670 milhões.

A Secretaria de Agricultura, teria sido a mais prejudicada, pois apresentava um ativo circulante negativo da ordem de Cr\$ 31 milhões, com absorção de 65 por cento de seu capital. A Fundação Educacional teria perdido Cr\$ 400 milhões, a SAB Cr\$ 52 milhões, a Novacap Cr\$ 37 milhões e à Secretaria de Saúde Cr\$ 20 milhões.

Caberá à Comissão do DF no Senado Federal o julgamento do caso. Segundo o próprio relator da apreciação das contas no Tribunal, o TCDF é apenas um “assessor técnico” do Senado, não lhe cabendo, portanto, fazer nenhum julgamento político da administração Elmo Serejo.